

## O Curso Normal e a Escola Primária de Aplicação do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis/SC - Década de 1960

### Resumo

O presente trabalho tem por objeto o Curso Normal do Instituto Estadual de Educação (IEE) de Florianópolis/SC, na década de 1960. Ao acompanhar o clima de modernidade que se instalou na cidade de Florianópolis/SC, na década de 1960, o IEE passou por transformações significativas, como por exemplo, a criação da Escola Primária de Aplicação (EPA). O objetivo desse estudo é compreender a prática de ensino do Curso Normal articulada com a EPA. Diante desse propósito, busca-se discutir a circulação e a ressonância de modelos culturais e pedagógicos no Curso Normal em sua articulação com a EPA. Os modelos culturais e pedagógicos são tomados aqui como categorias de análise tal como sugerem Carvalho e Pintassilgo (2011). O conjunto de documentos é formado por documentos escritos e planta arquitetônica. A análise possibilitou compreender a criação da EPA como elemento constitutivo de modelos culturais e pedagógicos que circulavam, no período investigado, na sua articulação com o Curso Normal, contribuindo para a construção de práticas escolares e de afirmação de uma cultura escolar própria. Tal pesquisa, também, permitiu perceber que alguns preceitos da Escola Nova foram articulados e materializados especialmente, na relação estabelecida entre o Curso Normal e a EPA.

**Karin Sewald Vieira**  
ksv27@terra.com.br

**Palavras-chave:** Curso Normal, Escola Primária de Aplicação, Modelos Culturais e Pedagógicos, História da Educação

## 1 Introdução

A Escola Primária de Aplicação (EPA) do Instituto Estadual de Educação (IEE) de Florianópolis foi criada, em 1962, como centro de experimentação pedagógica. A finalidade da EPA era servir como campo de prática pedagógica aos(as) alunos(as) do Curso Normal e implementar uma experiência pedagógica no campo do ensino primário. O IEE na década de 1960, ao acompanhar o processo de modernização do país e da cidade de Florianópolis passou por transformações expressivas na sua organização física, pedagógica e administrativa, entre elas, a criação da EPA, a expansão do Ensino Secundário e o crescimento do número de matrículas no Curso Normal. Para atender essas demandas o antigo prédio da Escola Normal Catarinense<sup>1</sup>, foi substituído por uma nova edificação.

O prédio do IEE foi construído em espaço central da cidade e de grande visibilidade. O edifício pode ser considerado como um exemplar do estilo arquitetônico modernista de caráter internacionalista. (GONÇALVES, 2012). Esse estilo se difundiu no Brasil entre os anos de 1930 e 1960 e reverberou em algumas obras realizadas em Florianópolis, entre elas o prédio do IEE. Diversos elementos arquitetônicos referentes ao estilo modernista são encontrados no prédio do IEE – predominância da horizontalidade com amplos pátios internos e jardins, rampas, ampla fachada envidraçada, pilares em V, brises soleil e espaços de pilotis – sendo considerado um ícone da arquitetura modernista no Estado de Santa Catarina. O edifício, com mais de 20 mil metros de área construída, ocupa um terreno de mais de 50 mil metros quadrados.

A década de 1950, até meados de 1960, foi fortemente marcada pelo projeto nacional desenvolvimentista, expresso pelo plano de modernização do Brasil. O Programa de Metas, implementado no governo de Juscelino Kubitschek, era composto de objetivos distribuídos em seis grandes áreas: energia, transporte, alimentação,

---

<sup>1</sup> O IEE se consolidou como um dos mais importantes espaços de formação de professores do Estado de Santa Catarina e sua constituição remonta à Escola Normal Catarinense nas últimas décadas do Século XIX. Ao longo do tempo o IEE foi se constituindo de diferentes modos e assumindo novas denominações oficiais: Escola Normal Catarinense (1892); Instituto de Educação de Florianópolis (1935); Instituto de Educação Dias Velho (1947); Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho (1949); Instituto Estadual de Educação Dias Velho (1963); Instituto Estadual de Educação (1966).

indústrias de base e educação e construção de Brasília. A estabilidade política e o expressivo crescimento econômico trouxeram a esse período anos de otimismo e de grandes realizações, como, por exemplo, com a inauguração de Brasília. (FAUSTO, 2012). O Brasil vivia, então, o auge do crescimento econômico, resultado da expansão do capitalismo e da industrialização, associado ao fortalecimento das instituições democráticas – marcas do processo de modernização que se instalou no país nesse momento.

Nesse cenário, o discurso que circulava colocava o processo de escolarização como condição para o desenvolvimento. Sendo assim, “a formação do indivíduo deveria voltar-se para a grande meta do desenvolvimento econômico”. (XAVIER, 2012, p. 205). A preocupação com a expansão da oferta da escolarização estava, também, relacionada à adequação da escola ao desenvolvimento tecnológico e científico. Nesse momento, a demanda pela democratização da escola foi acompanhada pela necessidade de renovação do sistema educacional brasileiro.

Assim, no estado de Santa Catarina, as representações sobre o papel reservado à escola estavam balizadas por discursos sobre a educação, que circulavam em âmbito nacional. A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961, movimentou o campo educacional nos diversos estados brasileiros. Em Santa Catarina, a criação do Conselho Estadual de Educação (1961), o Sistema Estadual de Educação (1963) e a Organização do Ensino Normal (1963) abriram espaço, ao menos em âmbito prescritivo, a outras configurações na organização das instituições escolares, entre elas o IEE.

O Curso Normal do IEE, na década de 1960 se apropriou de modelos culturais e pedagógicos que circulavam no Brasil. A circulação e a ressonância<sup>2</sup> de tais modelos contribuíram para a afirmação de uma cultura escolar própria. O presente trabalho tem por objetivo compreender a prática de ensino (estágio) do Curso Normal do IEE articulada com a criação da Escola Primária de Aplicação. Os modelos culturais e pedagógicos são tomados como categorias de análise, tal como propõe Carvalho e Pintasilgo (2011) em

---

<sup>2</sup> Por ressonância, entende-se a capacidade de um objeto ou uma proposta atingir um universo mais amplo (GONÇALVES, 2005; CANDIDO, 2010 *apud* CUNHA, 2012).

pesquisas desenvolvidas sobre modelo escolar de educação nas sociedades brasileira e portuguesa dos séculos XIX e XX. Esses autores, ancorados nas ideias de Certeau e Chartier, apontam para a necessidade de levar em conta as interpretações originais, realizadas nos diferentes contextos, da circulação de modelos culturais e pedagógicos. (CARVALHO; PINTASSILGO, 2011, p. 9).

O modelo, como categoria de análise, ao conferir inteligibilidade histórica às práticas e às representações, pretende compreender a multiplicidade de experiências e significações e não propriamente obter uma espécie de retrato fiel da realidade escolar. Assim, a pesquisa aqui proposta se inscreve no campo da História da Educação e da História Cultural. Nessa perspectiva, optou-se por entender o Curso Normal e a EPA, do IEE, “[...] em sua historicidade, como produto de uma construção cultural em articulação com sua dimensão social”. (CARVALHO; PINTASSILGO, 2011, p. 9).

A cultura escolar é entendida como o conjunto de práticas, ritos, objetos escolares, espaços, organização do tempo, circulação de ideias, bem como da seleção dos saberes nas instituições educativas. De acordo com Viñao Frago (2007), a categoria cultura escolar deve ser pensada em sua pluralidade. Ou seja, cada estabelecimento de ensino apresenta uma cultura escolar que lhe é própria. Ao mesmo tempo, no mesmo estabelecimento, observa-se a coexistência de diferentes culturas. (VIÑAO FRAGO, 2007). No caso do presente estudo a cultura do Ensino Primário e a cultura do Ensino Normal.

O conjunto documental para este estudo é composto por documentos escritos (livro de memórias, cadernos dos registros das reuniões de estudos e das reuniões de pais, o decreto de criação da EPA) e documentos iconográficos (fotografias e planta arquitetônica). As fontes são tomadas, aqui, como documentos, tal como sugere Certeau (2011, p. 69):

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. [...] Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando ao mesmo tempo o seu lugar e seu estatuto.

Nesse âmbito, busca-se pesquisar diferentes documentos a fim de criar redes cruzadas de referência de análise (STEPHANOU; BASTOS, 2005), ou seja, não para confrontar, tampouco hierarquizar esses documentos, mas para, por meio deles, compreender o cenário e, igualmente, os aspectos que contribuem para sua composição no que diz respeito aos modelos culturais e pedagógicos no período investigado. O texto está organizado em duas seções: na primeira, intenta-se compreender a escola modelo e a proposta de escola de aplicação na perspectiva dos modelos pedagógicos subjacentes a ambas e, na segunda, objetiva-se discutir a Prática de Ensino do Curso Normal na interface com a criação da Escola Primária de Aplicação.

## 2 A prática de ensino e a emergência de uma escola laboratório

O processo de modernização da cidade de Florianópolis, no início de 1960, movimentou a cena urbana e suas instituições, entre elas o IEE. O Curso Normal, acompanhando o clima das transformações desse tempo, experimentou uma importante inovação: a emergência de uma escola laboratório. A EPA foi criada, pelo Decreto no 1250, de 9 de abril de 1962, com a finalidade de oportunizar um espaço de experimentação pedagógica e de pesquisa. Essa finalidade abarcou duas frentes, tais como: servir como campo para a realização da prática de ensino do Curso Normal e também iniciar uma experiência no Ensino Primário. (SANTA CATARINA, 1962).

Anterior à criação da EPA, a Prática de Ensino (estágio) era realizada no Grupo Escolar Modelo Dias Velho. Esse grupo escolar foi incorporado ao Instituto de Educação de Florianópolis, como curso primário, no ano de 1939, por meio do Decreto no 306, de 02 de março de 1939. De acordo com o referido Decreto “ficam incorporados aos Institutos de Educação de Florianópolis e de Lages, respectivamente, os Grupos Escolares ‘Dias Velho’ e ‘Vidal Ramos’, que constituirão os cursos primários daqueles estabelecimentos”. (SANTA CATARINA, 1939, p. 3). Vale dizer que o Decreto n. 713, de 1935, o mesmo que transforma as escolas normais em institutos de educação, ao se referir ao grupo escolar anexo ao Instituto de Educação de Florianópolis o trata como Escola Modelo de Aplicação. (SANTA CATARINA, 1935). Tudo indica que a denominação Escola Modelo de Aplicação ficou restrita ao texto da lei, permanecendo na prática a denominação Grupo

Escolar Modelo. Com a criação da EPA, no início da década de 1960, o Grupo Escolar Modelo Dias Velho assumiu as mesmas características dos grupos escolares comuns e passou a se denominar Grupo Escolar Barreiros Filho. (SANTA CATARINA, 1962).

A substituição de uma escola modelo por uma escola de aplicação pode ser pensada como um novo balizamento para a formação de professores. A mudança – de escola modelo à escola de aplicação – ultrapassa a questão de denominação e corresponde a substituição de um modelo pedagógico por outro. Nesse sentido, a concepção de escola modelo está alicerçada na Pedagogia Moderna e no Método de Ensino Intuitivo, ou seja, no entendimento de que se aprende vendo, olhando, observando. Enquanto que a escola de aplicação se organiza com centro de experimentação pedagógica. Assim a escola de aplicação corresponde em grande medida a escola laboratório e está amparada nos postulados da Escola Nova.

Em Santa Catarina, até o ano de 1928, a Prática de Ensino não fazia parte da grade curricular da Escola Normal e a prática de ensino acontecia nos grupos escolares. Após a formatura os(as) alunos(as) que intencionavam seguir a profissão eram avaliados(as) pelos diretores dos grupos escolares e do Inspetor Geral que decidiam sobre o desempenho dos pretendentes. (TEIVE, 2011). Com a inclusão da prática de ensino na grade curricular da Escola Normal o estágio passou a ser de responsabilidade da Escola Normal e os grupos escolares permaneceram como espaço destinado a tal prática. De acordo com Teive (2008, p. 176) “seria através de modelos que a/o normalista seria ensinado a ensinar, modelos na forma de roteiros de lições, tal como o oferecido pelos manuais de lições de coisas e, sobretudo, modelos na forma de práticas exemplares, observadas nas escolas-modelo”. Aprender a ensinar, segundo Orestes Guimarães, paulista que implementou a reforma do ensino catarinense no início do Século XX, deveria acontecer na prática – in situ et visu – ou seja, no local e à vista. (TEIVE, 2011, p. 9). No entanto a formação dos professores deveria pautar-se nos pressupostos do Método Intuitivo “[...] centrado no axioma moderno de que conhecer é ver, olhar, observar: intueri, intuitus, [...]”. (TEIVE, p. 2011, p. 15). Dessa forma, aprender na prática, em grande medida, significou observar a prática das(os) professores(as) “[...] consideradas

modelares, todavia, segundo o reformador, não deveria configurar-se numa cópia servil do método desenvolvido nos grupos escolares”. (TEIVE, 2008, p. 178).

Diferente desse modelo pedagógico, a Pedagogia da Escola Nova tinha como propósito oferecer subsídios científicos para fundamentar a atuação e intervenção do professor. Em Santa Catarina entre, as décadas de 1930 e 1940, o campo de formação de professores foi marcado pela inserção das ciências consideradas fontes da educação – Biologia, Psicologia e Sociologia. O discurso científico e racional que circulava estava pautado nos pressupostos da Escola Nova. (DANIEL, 2005). O movimento da Escola Nova buscava uma renovação metodológica no ensino, centrada no desenvolvimento da criança. Nesse período, entre 1930 e 1940, a prática de ensino era desenvolvida no primeiro e segundo anos do Curso Normal, sendo que, inicialmente, a prática de ensino se limitava à observação e se necessário, à regência de aulas de história e geografia. No segundo ano os(as) alunos(as) ministravam aulas com planejamento prévio seguindo os métodos estudados na cadeira de Didática. (DAROS, SILVA, DANIEL, 2005).

Cabe dizer que Santa Catarina e mais especificamente o Instituto de Educação de Florianópolis estava sintonizado com os debates que apontavam para a preocupação com a cientificização do campo pedagógico brasileiro. Os professores, como por exemplo, João Roberto Moreira, mantinham uma rede de sociabilidades com intelectuais de projeção nacional, entre eles Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. (DANIEL, 2005). Assim, os discursos e práticas escolares paulistas reverberavam no campo educacional catarinense. Na década de 1930, no estado de São Paulo, os grupos modelos anexos às escolas normais são convertidos em escolas de aplicação, “concebidas como ‘centros de pesquisa pedagógica’”. (MONARCHA, 1999, p. 332). Possivelmente o exemplo paulista passou a fazer parte do horizonte de expectativas do Instituto de Educação de Florianópolis.

De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, a prática de ensino do ensino normal deveria contemplar a observação e a participação real no trabalho docente, tendo como objetivo a integração dos conhecimentos teóricos e técnicos do curso. A mesma Lei dispõe sobre a necessidade de manutenção de escolas primárias anexas em todos os estabelecimentos de ensino normal. Sendo que nos institutos de

educação as escolas anexas deveriam ser grupos escolares e jardim de infância. (BRASIL, 1946).

No início da década de 1960, o Sistema Estadual de Ensino, Lei n. 3191, ao tratar do ensino normal, coloca como condição mínima para o funcionamento de ginásio normal, curso normal e instituto de educação, uma escola primária anexa destinada à prática de ensino. Ainda de acordo com a Lei “nos institutos de educação, desenvolver-se-á, também, a experimentação de métodos e técnicas”. (SANTA CATARINA, 1963a). Cabe dizer que a referida Lei do Sistema Estadual de Ensino foi promulgada em 1963, ou seja, depois da criação da EPA.

Dessa forma, como escola laboratório para a prática docente, em substituição à escola modelo, a EPA pode ser analisada como espaço de experimentação de prováveis práticas inovadoras. É possível perceber indícios, – como sugere o próprio título do livro de Isabel O Valor da Experiência – da aproximação das representações e práticas escolares da EDA ao ideário escolanovista, em voga no Brasil, desde a década de 1920. Nas palavras da autora “[...] a Escola tinha algo diferente para apresentar. Era a educação da vida para a vida. Esse modelo fugia, em certos aspectos, da escola tradicionalista”. (LINS, 2002, p. 43). Embora no livro e em outros documentos escritos sobre e na EPA, o educador norte-americano John Dewey, autor da obra intitulada “Vida e Educação” não seja citado literalmente, observa-se essa relação. Nessa perspectiva, a proposta da EPA possivelmente se aproximava do pensamento de Dewey que entendia a educação como um processo de reconstrução e reorganização da experiência, ou seja, a educação é fenômeno direto da vida. Nesse sentido, a escola é vista como um lugar de vida e não como espaço de preparação para a vida. (DEWEY, 1978).

De modo geral, os discursos sobre a finalidade e os objetivos da EPA são atravessados pelo viés de inspiração escolanovista. Segundo Berenice Maria Sell do Vale Pereira, aluna do curso Normal na década de 1960, o objetivo da EPA era “proporcionar

---

<sup>3</sup> O movimento da Escola Nova, no Brasil, envolveu intelectuais e educadores de vanguarda e tinha por objetivo implementar, na área educacional, reformas inspiradas em ideias e princípios renovadores para o sistema educacional. Em Santa Catarina a Escola Nova foi instituída por meio do decreto n. 2.991 de 28 de abril de 1944 (FIORI, 1991, p. 126).



um ensino diferenciado às crianças ali matriculadas, fugindo do modelo de escola tradicionalista e dando condições a estas crianças para se desenvolverem de acordo com suas necessidades e potencialidades”. (PEREIRA, 2007, p. 18). Em oposição ao modelo tradicional de educação, os princípios da Escola Nova, colocariam os estudantes no centro do processo educativo, minimizando, dessa forma, o papel do professor. Para Vidal (2010) uma nova dinâmica impulsionava as relações escolares, a ênfase no ensino dava lugar a aprendizagem e a psicologia experimental dava suporte à cientificidade da pedagogia. Propunha assim, uma pedagogia voltada para a compreensão da natureza psicológica da criança, buscando sua participação no processo educacional. Estes pressupostos, podem ser percebidos na constituição da EPA, cujas preocupações para seu funcionamento ligavam-se a esses postulados.

### 3 Escola primária de aplicação: um espaço praticado

A EPA foi criada, no ano de 1962, como parte integrante do Instituto de Educação Dias Velho e tinha como finalidade primordial oferecer aos alunos do Curso Normal um espaço para a realização do estágio. Assim, a EPA, desde sua criação, serviu como laboratório para a Prática de Ensino do Curso Normal do IEE. (SANTA CATARINA, 1962). O espaço da EPA em relação com o Curso Normal significou um espaço praticado, no sentido dado por Certeau (2008). Os sujeitos, entre eles professores, assistentes sociais, alunos do Curso Normal e crianças faziam usos e se apropriavam desse espaço de forma inventiva.

A equipe responsável por sua instalação era composta pelo diretor do IEE professor Walmir Dias, pela professora de Didática e Prática de Ensino do Curso Normal, a professora, o Isabel da Silva Lins, e pela assistente social, Marilde Rodrigues. O Decreto n. 105, de 1963, que dispõe sobre a Organização do Ensino Normal, sugere que as escolas primárias anexas aos estabelecimentos de ensino normal sejam orientadas pedagogicamente pela professora titular da cadeira de Didática. (SANTA CATARINA, 1963b). Tal prática para a escolha dos(as) diretores(as) também, foi observada no Ginásio de Aplicação da UFSC, no início da década de 1960, na ocasião da sua criação. (ANDRADE, 2009).

Assim a escolha da professora Isabel da Silva Lins, que no ano da criação da EPA, era a professora titular da cadeira de Didática e Prática de Ensino no IEE, antecipou a prescrição legal tendo em vista que a lei do Sistema Estadual de Ensino foi promulgada um ano após a instalação da EPA. Isabel formou-se no Instituto de Educação de Florianópolis, em 1945. Antes de se efetivar como professora do IEE exerceu a função de professora em grupos escolares no interior e na capital do Estado de Santa Catarina. (LINS, 2002). Como professora de Didática e Prática de Ensino do Curso Normal e Diretora da EPA, Isabel Lins atuou como mediadora dessa relação – Curso Normal e Escola de Aplicação – elegendo essa integração como prioridade em sua gestão.

A professora e assistente social Marilde Rodrigues, antes da implantação da EPA, já desenvolvia um trabalho de orientação educacional no IEE, sendo assim convidada a compor a comissão de criação da Escola. cursou Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os anos de 1955 e 1958. Anterior a sua formação em Serviço Social, Marilde Rodrigues se formou no Instituto de Educação de Florianópolis, no ensino normal, em 1947. Como professora primária atuou em grupos escolares e como professora de Matemática e de Português em Cursos Normais Regionais. Na década de 1950 foi professora primária no Grupo Escolar Modelo Dias Velho. No Conselho Estadual de Educação (CEE) foi membro suplente desde o início da década de 1960. (RODRIGUES, 1978)<sup>4</sup>. Assim é possível observar que tanto a professora Isabel da Silva Lins como a assistente social Marilde Rodrigues desde a sua formação mantinham laços com o Instituto e provavelmente esse fato contribuiu para a efetivação do convite para compor a comissão de criação da EPA.

Diferentes razões foram apresentadas para justificar a instalação da escola, reforçando assim o texto legislativo da criação da Escola: “[...] será finalidade primordial da Escola [...] proporcionar aos alunos do Curso Normal do Instituto de Educação Dias Velho meio adequado de experimentação pedagógica”. (SANTA CATARINA, 1962, p. 1). O

---

<sup>4</sup> Essas informações foram colhidas no *Curriculum Vitae* de Marilde Rodrigues, datado em 02/05/1978. O referido documento é parte do acervo pessoal de Marilde Rodrigues e foi disponibilizado para a presente pesquisa, no ano de 2013.

vínculo entre a Prática de ensino do Curso Normal e a EPA era salientado em diversos documentos escritos da escola:

1. Um inquérito realizado com as alunas do curso normal, - concluía pela necessidade de prática mais intensa e adequada à realidade catarinense.
2. A impossibilidade da prática, até então realizada no Grupo Modelo Dias Velho, ser ampliada por motivos de ordem pedagógica e administrativa;
3. Necessidade de atender crianças em idade de escolarização e que não tinham onde matricular-se;
4. Introduzir na prática dos alunos do Curso Normal conceitos da Didática Moderna;
5. Necessidade de Santa Catarina passar a ter junto a seus cursos de formação de professores primários, uma verdadeira escola de aprendizagem;
6. Possibilitar a aplicação dos conhecimentos didáticos atuais, sem influências do sistema administrativo geral. (ESCOLA PRIMÁRIA DE APLICAÇÃO, 1966, p. 1).

Ao observar as razões acima apresentadas é possível perceber a necessidade de demonstrar tal vínculo, sendo que a maioria dessas razões estava relacionada ao Curso Normal. Outros documentos escritos, como por exemplo, o caderno de registro “Reunião de Estudos – 1963”<sup>5</sup>, também, demonstra a preocupação do grupo de profissionais da EPA com o estágio dos(as) normalistas. A ata da reunião do dia 02/03/1963, registra que “sobre a prática de ensino ficou esclarecido que a mesma iria começar após a preparação das alunas no sentido de fazê-las aproveitar este contacto com a Escola Primária de Aplicação da maneira mais positiva possível [...]”.

As atividades de implantação da EPA foram iniciadas logo após a publicação do Decreto de criação, no ano de 1962. Os alunos foram selecionados entre as matrículas excedentes de outras escolas da capital e a aceitação da escola pela comunidade já se fazia notar nos primeiros anos de seu funcionamento. No primeiro ano de funcionamento, a Escola atendeu 122 alunos, divididos em 5 turmas. Em 1963 foram oferecidas à comunidade 76 vagas, sendo que o número para solicitação de matrícula foi de 462 inscritos. Como critério de seleção foram aplicados testes de escolaridade. No ano

---

<sup>5</sup> O caderno “Reunião de Estudos – 1963” compreende um conjunto de registros das reuniões realizadas pela equipe pedagógica da EPA, no período de fevereiro a outubro de 1963. O caderno compõe o acervo pessoal da professora Isabel da Silva Lins e foi disponibilizado para a presente pesquisa no ano de 2013.

seguinte, 1964, para atenuar a situação de privilégio estabelecida pela aplicação de testes, foi instituída a prática de sorteio de vagas, como confirma Lins (2002, p. 44) “[...] era grande a procura, mas tínhamos que conservar o limite de turmas e de alunos; daí a prática do sorteio de vagas”.

A seleção dos(as) alunos(as) observou o critério da prática da coeducação, assim a formação das turmas era de meninos e meninas. No ato da matrícula era realizada uma entrevista com os pais ou responsáveis pelo aluno. As professoras e a assistente social apresentavam o plano e as finalidades da Escola e sem seguida os responsáveis assinavam documento de responsabilidade. A ficha de matrícula era extensa e compreendia informações sobre a criança, a constituição familiar, vida social e escolar e informações sobre a saúde.

A instalação da escola se deu, de forma provisória, na única parte pronta da construção do prédio da Av. Mauro Ramos. No período matutino, três turmas do Curso Normal ocupavam as salas e as turmas do primário no período vespertino. Assim, o vínculo Curso Normal e EPA, transbordou para a questão do espaço físico. Ou seja, o uso do espaço provavelmente serviu como demonstração de tal relação. No entanto a ocupação do novo prédio não seguiu a cena moderna sugerida pela nova edificação escolar. O mobiliário e os demais materiais pedagógicos foram organizados de forma improvisada. Segundo Lins (2002, p. 44), “como não havia móveis nas salas, improvisamos com cadeiras do salão; o aluno escrevia no lado direito da cadeira. Para a primeira série, vieram as mesas e as cadeiras do outro prédio [...]” Para o preparo da merenda escolar foi organizada uma cozinha aproveitando o espaço destinado a um banheiro, que naquele momento estava desativado. Dessa forma é possível perceber que os espaços prescritos nas plantas tiveram usos diversos. Em 1966, a escola ocupou seu espaço definitivo<sup>6</sup> próximo à Av. Hercílio Luz e passou a funcionar em dois turnos.

Cabe dizer que o projeto realizado pelos arquitetos Flávio de Aquino e Olavo Redig de Campos<sup>7</sup> sofreu alterações durante o processo de construção, que se estendeu por

---

<sup>6</sup> Atualmente, a EDA ocupa o mesmo espaço.

<sup>7</sup> Os nomes dos arquitetos Flávio de Aquino e Olavo Redig de Campos estão ligados a arquitetura moderna do Rio de Janeiro (escola carioca de arquitetura).

toda a década de 1960. As sugestões para as alterações foram frutos das conversas entre o engenheiro responsável pela obra e a professora Isabel Lins, que acompanhou de perto a construção. De acordo com Lins (2002) faltava um espaço destinado para a cozinha e o tamanho das salas era inadequado para as atividades das aulas.

Os critérios para a escolha de professores estavam especificados no Decreto de criação da escola:

Art. 3º – Os professores da Escola Primária de Aplicação Dias Velho serão escolhidos dentre os ocupantes da carreira de Professor Normalista, do Quadro Especial de Magistério, que se tenham distinguido em sua vida funcional e serão lotados, em caráter efetivo, no educandário, desde que preencham, pelo menos, os seguintes requisitos:  
contarem, no mínimo, cinco anos de exercício no magistério primário como normalistas;  
terem revelado, durante o seu exercício no magistério primário, vocação pedagógica e acentuado gosto pela pesquisa e pelo estudo;  
serem portadores de certificados de cursos oficiais de aperfeiçoamento ou de extensão. (SANTA CATARINA, 1962, p. 1).

E, também, o referido Decreto indicava como competência do professor a colaboração com os professores do Curso Normal e com os alunos e mestres nas aulas de Prática de Ensino. (SANTA CATARINA, 1962). No entanto, esses preceitos dificultavam a contratação de professores que “achavam que o trabalho era complexo demais: além de orientarem os alunos, teriam a responsabilidade na formação de novos educadores, o que era em trabalho duplo”. (LINS, 2002, p. 43). Para minimizar tal situação, a direção da escola convidava as alunas do Curso Normal que se destacavam nas aulas de Prática de Ensino para comporem a equipe da escola como professoras ou como funcionárias. A formanda da turma de 1963, Eneuz Tavares de Andrade<sup>8</sup>, pode ser considerada um exemplo dessa prática instituída na EDA. Em depoimento, apresentado no livro de memórias de dona Isabel, como era respeitosamente era chamada, a aluna conta:

Em setembro, fomos surpreendidas pelo convite feito por dona Isabel para assumirmos a regência da primeira série daquela escola, em

---

<sup>8</sup> Eneuz Tavares de Andrade prestou concurso público em 1964, assumiu uma terceira série na EPA e logo se tornou Auxiliar da direção, com 17 anos de idade. Ao concluir o Ensino Superior, assumiu a orientação pedagógica da escola (LINS, 2002).

substituição à professora Rosina de Mello, que se afastava em licença maternidade. Era prova de que dona Isabel, com todo seu saber, dirigindo uma escola onde o corpo docente era integrado apenas por professores com larga experiência na educação, confiava no jovem. (ANDRADE apud LINS, 2002, p. 112).

Como prática escolar, a Semana de Adaptação foi implementada, no ano de 1963, com o objetivo de integrar e adaptar as crianças no cotidiano escolar. A Semana de Adaptação compreendia uma série de atividades, previamente planejadas, oferecidas às crianças inscritas no primeiro ano, do ano letivo seguinte. As atividades eram planejadas e executadas por um grupo de 10 alunas(os) do Curso Normal com a finalidade de “proporcionar as alunas mestras uma experiência vivida, respeitando a responsabilidade e a necessidade de preparação adequada, para bem introduzir uma criança à Escola”. (ESCOLA PRIMÁRIA DE APLICAÇÃO, 1966, p. 18). Como o próprio nome do evento sugere, a duração era de uma semana sendo que diariamente as crianças permaneciam na Escola por duas horas. A turma era composta de 25 crianças que participavam das atividades propostas, entre elas: desenho, recorte, atividade com massa de modelar, instrução para o uso dos banheiros e bebedouros, bem como a aplicação de testes. Ao final de cada dia as alunas do Curso Normal junto à equipe pedagógica analisavam os trabalhos realizados pelas crianças bem como o desenvolvimento das atividades.

Assim a prática escolar instituída – Semana de Aplicação - marcou as culturas escolares da EPA e do Curso Normal. Sugerido pela Escola como prática inovadora, o evento representou um espaço de protagonismo às futuras professoras. As ações pensadas para adaptar às crianças a rotina escolar provavelmente estavam sintonizadas aos objetivos dessa instituição de colocar o aluno no centro do processo de ensino. Da mesma forma, tal iniciativa referendava a prescrição do Sistema Estadual de Ensino que facultava à Secretaria de Educação e Cultura “[...] organizar e manter classes de adaptação, com o objetivo de reduzir, na medida do possível, o índice de reprovação escolar”. (SANTA CATARINA, 1963a, p. 9). As evidências permitem considerar que a EPA se apropriou dessa tendência de forma singular ao optar pela Semana de Adaptação e não propriamente por classes de adaptação.

A relação entre classes de adaptação e a reprovação escolar formava uma díade que visava mais que adaptar a criança à realidade escolar. Ou seja, frente aos altos índices de repetência das crianças no primeiro ano de escolarização, era necessário avaliar o grau de prontidão para a alfabetização. Contudo, tal situação não era inédita no Brasil e em Santa Catarina, nem uma novidade da década de 1960. Por exemplo, os Testes ABC, criados por Lourenço Filho e que tinham como objetivo avaliar o grau de prontidão para a alfabetização das crianças brasileiras, foram prescritos para a aplicação nos grupos escolares catarinenses desde a década de 1940. (SILVA, 2003; SGANDERLA, 2007).

#### 4 considerações finais

A relação entre o Curso Normal e a EPA foi estabelecida desde a criação da EPA. As ações de implementação dessa instituição, junto ao IEE, ultrapassaram o âmbito da prescrição legal e movimentaram o cotidiano do Curso Normal. O processo de modernização da cidade de Florianópolis e do IEE justificaram criação e instalação de uma escola de aplicação, anunciada como marca desse processo de modernização. As justificativas apresentadas ressaltavam a EPA como escola laboratório, ou seja, como espaço de experimentação pedagógica e de realização da prática de ensino (estágio) do Curso Normal.

Tudo indica que a substituição de uma escola modelo para uma escola de aplicação, prática desenvolvida em São Paulo e anunciada em Santa Catarina, desde a década de 1930, ganhou materialidade no IEE na década de 1960. A passagem de um modelo pedagógico para outro – da Pedagogia Moderna para Escola Nova – encontrou ressonância no Curso Normal do IEE forjando uma cultura escolar própria. A prática de ensino ganhou novos contornos e significou um vínculo entre a EPA e o Curso Normal.

A construção da nova edificação dessa instituição possivelmente colaborou para tal fato, mesmo considerando que a instalação da EPA se deu de forma provisória e improvisada. A equipe pedagógica da EPA encontrou brechas para a contratação de professoras ao chamar as alunas do Curso Normal que se destacaram na prática de ensino. Como prática escolar a Semana de Adaptação representou um espaço de

possíveis práticas inovadoras, de protagonismo às alunas do Curso Normal e também evidenciou a centralidade dos interesses e potencialidades das crianças para o planejamento de ensino e organização dessa instituição.

## Referências

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de jan. de 1946. Disponível em:

<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim. (Org.) (2011), **Modelos Culturais, Saberes Pedagógicos, Instituições Educacionais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp.

CERTEAU, Michel de (2011), **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CERTEAU, Michel de (2008), **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

CUNHA Maria Teresa Santos ( 2012), A mão, o cérebro, o coração. Prescrições para a leitura em Manuais Escolares para o Curso Normal (1940 – 1960/Brasil-Portugal). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2012, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

DANIEL, Leziany Silveira (2005), Contribuições teóricas do intelectual João Roberto Moreira para a formação dos professores catarinenses: a defesa pela integração da Psicologia e da Sociologia nos estudos científicos educacionais (anos 1930 e 1940). In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; RAUPP, Marilene Dandolini; DURLI, Zenilde (Org.). **Professores para a Escola Catarinense**: contribuições teóricas e processos de formação. Florianópolis: UFSC, p. 67-85.

DAROS, Maria das Dores, *et al* (2005), **Fontes históricas**: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946). Florianópolis: NUP/CED/UFSC, Série Pesquisas. Volume 4.

DEWEY, John (1978), **Vida e Educação**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos.



ESCOLA PRIMÁRIA DE APLICAÇÃO. Relato de uma Experiência: Escola Primária de Aplicação, 1966.

FAUSTO, Boris (2012), **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: USP, Didática. Volume 1.

FIORI, Neide (1991), **Aspectos da Evolução do Ensino Público**: ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC.

GONÇALVES, R. de C. 2012), A arquitetura como dimensão material das culturas escolares. In: SILVA, V. L. G. da; PETRY, M. G. (Org.). **Objetos da Escola**: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XXI). Florianópolis: Insular.

LINS, Isabel da Silva (2002), **O Valor da Experiência**: o relato de uma vida dedicado à educação. Florianópolis: Edição da autora.

MONARCHA, Carlos (1999), **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Unicamp.

PEREIRA, Berenice. Maria Sell do Vale (2007), **Janela do Tempo**: um álbum de recordações. Florianópolis: Edição da autora.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei nº 713, de 5 de janeiro de 1935. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, ano 2, n. 246, p. 1-4, jan. 1935.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 306, de 2 de março de 1939. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 02/03/1939, p. 2-3.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.250, de 9 de abril de 1962. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 25/4/1962, n. 7.036, p.1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3191, de 08 de maio de 1963. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, ano 29, n. 7808, p. 1-11, jun. 1963a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 105, de 22 de fevereiro de 1963. **Diário Oficial de Santa Catarina**, Florianópolis, ano 29, n. 7237, p. 1-3; 13-14, fev. 1963b.

SILVA, Ana Claudia. **As concepções de Criança e Infância na Formação de Professores Catarinenses nos anos de 1930-1940**. 2003. 176p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SGANDERLA, Ana Paola. **A Psicologia na constituição do campo educacional brasileiro: a defesa de uma base científica da organização escolar.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

STEPHANOU, Maria.; BASTOS, Maria Helena Câmara (2005), História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** v. III – Século XX. Petrópolis: Vozes.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni (2008), **“Uma vez normalista, sempre normalista”**: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni (2011), Como se fabrica uma professora moderna? Apropriações da Reforma Orestes Guimarães na cultura da Escola Normal Catarinense (1911-1935). In: VIDAL, D. G.; SCHWARTZ, C. M. **Histórias das Culturas Escolares no Brasil.** EDUFES.

VIÑAO FRAGO, Antonio (2007), **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas.** Portugal: Pedagogo LDA.

XAVIER, Maria do Carmo (2012), A educação no debate do desenvolvimento: as décadas de 1950 e 1960. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FILHO, Luciano Mendes de Faria (Orgs.). **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX.** v. 1. Belo Horizonte: Mazza.